



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Serviço Social - SER

**ATIVIDADES CULTURAIS COMO METODOLOGIA PARA A
RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO
FEDERAL**

GUILIANA SIDRIN BRITO

BRASÍLIA/DF

2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Serviço Social - SER

GUILIANA SIDRIN BRITO

**ATIVIDADES CULTURAIS COMO METODOLOGIA PARA A
RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO
FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª. Dra. Kênia Augusta Figueiredo

BRASÍLIA/DF

2023

GUILIANA SIDRIN BRITO

**ATIVIDADES CULTURAIS COMO METODOLOGIA PARA A
RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO DISTRITO
FEDERAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.**

Brasília, 18/12/2023

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra Kênia Augusta Figueiredo
Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Erci Ribeiro
Professora Substituta do Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Gabriela Farias - Assistente Social
Membro Externo

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho àqueles que resistem,
transformam e inspiram.*

*Aos jovens que, através do movimento hip hop,
encontram a sua voz e o Projeto RAP.*

*Que possamos construir juntos um horizonte
de oportunidades e igualdade.*

*Por um mundo onde a arte e a cultura sejam
pilares de mudança e esperança.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a todos os meus guias espirituais que até aqui me sustentaram e nunca me abandonaram.

Agradeço a minha querida mãe Elisângela Sidrin, que sempre me apoiou, me motivou a seguir meus sonhos e que é a maior inspiração de pessoa e mulher na minha vida, gratidão por não ter desistido de você mesma e por ter perseverado até aqui para poder estar presente nesse momento tão importante da minha vida, o seu amor me transformou.

Ao meu pai, que mesmo ausente por grande parte da minha vida, tem se esforçado em ser mais presente e que é um exemplo de garra, determinação e superação.

Aos meus avós paternos, João e Irene, que foram responsáveis por boa parte da minha criação, que me acolheram, me ensinaram princípios e valores, que deram o seu melhor por mim e pelo meu irmão.

Aos meus avós maternos que também me acolheram e participaram do meu processo de criação, meu avô José que pôde participar desse momento e a minha querida avó Eci que infelizmente não está mais entre nós.

Aos meus familiares em geral que cada um da sua maneira contribuíram de alguma maneira positivamente na minha vida.

Aos meus amigos de longa data e aqueles mais recentes que sempre me apoiaram e incentivaram, que estiveram presentes nos momentos bons e ruins, em especial a Kessya e a Luhana que foram as minhas parceiras de graduação e que me deram muito apoio durante os últimos semestres e em especial durante o período de escrita do TCC.

Ao meu companheiro de vida Simão Pedro e a sua família que me acolheram tão bem e puderam acompanhar esses últimos anos dessa minha jornada acadêmica e da vida.

Aos meus professores que foram figuras de extrema importância nesse meu processo de formação e em especial aos professores Perci Coelho e Maria Luiza além do Decanato de Extensão pela primeira oportunidade que tive em um projeto de extensão na universidade, inclusive como bolsista PIBEX.

A minha orientadora Kênia que desde a época do estágio tem sido uma super parceira a qual eu admiro muito.

Ao Francisco Celso (Cisquin) por todo suporte na elaboração deste trabalho além de outros e pelos maravilhosos contatos e indicações de leituras.

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram desse meu processo de evolução pessoal, profissional e espiritual, amo vocês!

EPÍGRAFE

Uma Poética para o Projeto RAP

*“O Projeto Rap nos faz viver nossa VOZ
Nossa fome n'alma! Fome de ler a palavra!
Fome de tornar viva a história que escrevemos!*

*É no Projeto RAP que o hip hop tem vez irmão
Na correria do nosso mano, Profº Chicão
Tamu junto no Grafitti da Cei,
Nossa voz se junta numa grande canção!*

*Podemos ouvir e sentir um saber
Que nos torna ser
Ouvir o que o irmão fala e depois
Poder dar o recado e dizer:*

*No Projeto RAP nasce um saber
Faz a gente pensar no que sente
Faz a gente sentir o que quer
Pulsa o coração o molejo da mão, a trilha da
letra,
A rima entre os irmãos
Amizade se planta desde a semente!
Já escutei o Professor Chico!
A sua voz é a nossa voz
A gente canta e no Projeto RAP
Constrói o nosso caminhar
Passo a passo, pé a pé,
Vamos nessa luta
Tornar vivo o sentir da gente
Que se renasce dos guetos, rompe o silêncio,
E, com a palavra, o RAP é nosso ofício,*

*O Professor Chico planta nossa voz
No conteúdo do saber
E é lá, que podemos ver
Que na sala de aula também se aprende a viver
Decifrar a palavra com o que a gente tem a dizer
O que está no coração é o que nos faz viver
Cantado nas vielas das favelas
O navio negreiro, periferias caravelas
Nosso coração é água viva, mano Chico
Teu projeto nos faz sermos fiéis à Arte, ao diálogo
Alcançar vivos a nossa essência!
De poder vivê-la na pele, no suspiro que nos
inspira o canto
O Projeto RAP é o antídoto dos nossos tempos
Porque nos torna verbos
E juntos, poemas diversos.”*

(JOSÉ NILDO, s.d)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como principal interesse fazer uma análise sobre como as atividades culturais realizadas na Unidade de Internação de Santa Maria - UISM, impactaram no processo de ressocialização dos jovens que participaram das atividades. A pesquisa bibliográfica e documental partem da análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como base legal para o tratamento e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, considerando seu papel fundamental na proteção dos direitos desses jovens. Portanto, com base na metodologia utilizada chegou-se a resultados que visam contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas voltadas à ressocialização desses jovens, destacando a importância do uso da cultura Hip-Hop e principalmente o RAP como ferramenta eficaz para a ressocialização e o desenvolvimento desses adolescentes no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

Palavras-chave: Atividades Culturais; Educação; Ressocialização; Sistema Socioeducativo.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course has as main interest to make an analysis on how the cultural activities carried out in the Unit of Hospitalization of Santa Maria - UISM, impacted on the process of resocialization of young people who participated in the activities. The bibliographical and documentary research starts from the analysis of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the National System of Socioeducational Care (SINASE) as a legal basis for the treatment and resocialization of adolescents in conflict with the law, role in the protection of the rights of these young people. Therefore, based on the methodology used, we reached results that aim to contribute to the improvement of policies and practices aimed at the resocialization of these young people, highlighting the importance of the use of Hip-cultureHop and especially the RAP as an effective tool for resocialization and development of these adolescents in the socio-educational system of the Federal District.

Keywords: Cultural Activities; Education; Resocialization; Socio-educational System.

LISTA DE IMAGENS E GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Imagem 1 - Eixos estruturantes do Programa Fazendo Justiça..... | 29 |
| Imagem 2 - Professor Francisco Celso ministrando oficina de Literatura Marginal..... | 41 |
| Gráfico 1 - Quantitativo total de entradas no Núcleo de Atendimento Integrado, entre os anos de 2015 e 2022..... | 30 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- CNJ** - Conselho Nacional de Justiça
- CONANDA** - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- DF** - Distrito Federal
- FUNABEM** - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
- NAI** - Núcleo de Atendimento Integrado
- PIA** - Plano Individual de Atendimento
- PDASE** - Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo
- SAM** - Serviço de Assistência ao Menor
- SEJUS** - Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
- SINASE** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- SUBSIS** - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo
- UIBRA** - Unidade de Internação de Brazlândia
- UIFG** - Unidade de Internação Feminina do Gama
- UIP** - Unidade de Internação de Planaltina
- UISM** - Unidade de Internação de Santa Maria
- UISS** - Unidade de Internação de São Sebastião
- UNIRE** - Unidade de Internação do Recanto das Emas
- USLI** - Unidades de Semiliberdade
- UNISS** - Unidade de Internação de Saída Sistemática

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO 1: O ECA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO | 16 |
| 1.1.O Sistema Socioeducativo no Distrito Federal | 22 |
| 1.2 Dados Estatísticos do Sistema Socioeducativo no Distrito Federal | 27 |
| CAPÍTULO 2: AS ATIVIDADES CULTURAIS COMO METODOLOGIA EDUCACIONAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA | 31 |
| 2.1 O Movimento Hip-Hop | 38 |
| 2.2 O Serviço Social e o Hip Hop como instrumento de trabalho | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 47 |
| ANEXOS | 50 |

INTRODUÇÃO

A ressocialização de jovens em conflito com a lei é um dos desafios da sociedade contemporânea. Essa tarefa demanda uma abordagem abrangente, que considere não apenas a punição, mas também a compreensão profunda do contexto e a implementação de ações efetivas para garantir sua reintegração à sociedade. No âmbito dessa problemática, este trabalho se propõe a explorar o impacto de atividades culturais utilizadas como metodologia educacional na Unidade de Internação de Santa Maria. Para isso, foi feita uma análise dos relatos, dados e práticas imersas no contexto do Projeto RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo). O objetivo central foi compreender como essa abordagem cultural é capaz de redefinir narrativas pré-estabelecidas, ressignificar identidades e, principalmente, impulsionar mudanças significativas no sistema socioeducativo. A escolha dessa temática decorre de uma afinidade pessoal e de uma perspectiva de aprofundar o tema em estudos futuros.

A construção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil é um processo marcado por diferentes períodos e paradigmas, revelando a evolução das políticas públicas e sociais ao longo do tempo. Desde um passado distante, quando a infância era vista sob uma ótica assistencialista e repressiva, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, houve uma transição crucial na abordagem das questões relacionadas a esse público.

Ao resgatar essa trajetória histórica é possível observar três momentos marcantes que delineiam a conquista dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes no Brasil. Inicialmente, durante o século XIX, a percepção da infância como uma "coisa" no contexto da responsabilidade civil revela a ausência de diferenciação entre a criança e o adulto, desconsiderando sua condição de sujeito de direitos.

Posteriormente, com o surgimento dos Tribunais de Menores no século XX, emerge o caráter tutelar do Estado sobre a infância, trazendo a concepção da proteção estatal, embora tenha resultado socialmente em uma criminalização da pobreza, associando-a à delinquência.

A consolidação desses aspectos sociais e históricos, desde os Tribunais de Menores até as políticas institucionais da Ditadura Militar e o advento do ECA em 1990, delineou a transição do paradigma assistencialista para uma abordagem mais abrangente e inclusiva, que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente baseado na Constituição Federal de 1988, inaugura uma nova perspectiva ao preconizar a proteção integral desse público ao estabelecer direitos específicos e medidas socioeducativas para lidar com atos infracionais, visando não apenas a responsabilização, mas a reintegração social, a garantia de direitos individuais e coletivos e a construção de um projeto de vida para esses jovens. A compreensão desses

momentos históricos é fundamental para situar a complexidade do atual sistema socioeducativo permeado por desafios estruturais e sociais.

É fundamental reconhecer que a abordagem socioeducativa deve ir além da punição, focando na educação, na formação do sujeito e na criação de oportunidades que possam romper com ciclos de exclusão social. A ressocialização não pode se limitar às paredes das unidades, mas deve englobar políticas públicas, investimento em educação e suporte para a reinserção desses adolescentes na sociedade de maneira efetiva e acolhedora.

A noção de cultura, conforme descrita pela UNESCO na Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982), abrange uma amplitude significativa que transcende a concepção estrita de expressões artísticas e literárias.

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39)

Nesse contexto, a cultura transcende as fronteiras do mero entretenimento ou da produção artística. Ela permeia as diversas esferas da existência humana, moldando as percepções, comportamentos, valores e relações sociais. Ao compreender a cultura como um sistema complexo e dinâmico, percebe-se seu papel crucial na formação da identidade coletiva e na maneira como os indivíduos interagem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

No âmbito da ressocialização desses jovens, a cultura desempenha um papel essencial ao oferecer uma estrutura que vai além do aspecto meramente educativo ou recreativo. Ela se torna uma ferramenta valiosa para a reconstrução da identidade desses jovens, permitindo a expressão de suas vivências, a valorização de suas origens e a construção de novas perspectivas de vida.

A juventude em situação de vulnerabilidade social enfrenta uma complexidade de desafios que vão além das barreiras educacionais, gerando demandas e necessidades singulares. Em espaços socioeducativos, onde esses jovens buscam respostas e oportunidades de transformação, a abordagem pedagógica tradicional muitas vezes se mostra insuficiente para engajar e efetivamente modificar suas realidades. Em resposta a essa lacuna, iniciativas como o Projeto RAP emergem como uma alternativa inovadora, utilizando a rica expressão

cultural do hip-hop como um instrumento não apenas educacional, mas também de inclusão, resgate de identidade e empoderamento social.

Ao longo deste trabalho, abordaremos a importância da educação aliada à cultura e ao reconhecimento da identidade desses jovens. Essa perspectiva se apoia na compreensão de que a educação não se limita apenas ao ambiente escolar formal, mas também se manifesta por meio das expressões culturais que permeiam as vivências individuais e coletivas. Nesse sentido, o hip-hop, como uma manifestação artística e cultural enraizada nas comunidades marginalizadas, se torna uma via para promover conexões significativas, resgatar a autoestima e proporcionar uma plataforma para a expressão autêntica dos participantes.

Contextualizar sobre o Projeto RAP permitirá uma visão do seu funcionamento e impacto no cotidiano dos jovens atendidos. Além disso, esta pesquisa buscará identificar de que maneira essa abordagem contribui para a construção de um ambiente que não apenas prepara para a ressocialização, mas também capacita esses jovens a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Por meio dessa exploração, almejamos contribuir para um olhar mais amplo e sensível sobre o papel da cultura como motor de transformação no contexto educacional, particularmente no sistema socioeducativo.

O trabalho será dividido em dois capítulos, o primeiro aborda a evolução histórica das políticas direcionadas à infância e à adolescência no Brasil. O segundo capítulo fala sobre as atividades culturais como prática pedagógica na Unidade de Internação de Santa Maria, mais especificamente sobre o Projeto RAP, o movimento hip-hop e o hip hop como instrumento de trabalho do assistente social.

CAPÍTULO 1: O ECA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.

A partir de um resgate histórico sobre o direito de crianças e adolescentes no Brasil, se pode ver no passado um cenário de políticas com caráter repressivo voltadas ao assistencialismo que vislumbrava corrigir e também proteger e que não via essa população como sujeitos detentores de direitos e deveres. Com o processo de construção e afirmação dos direitos fundamentais e humanos a partir da Constituição Federal de 1988 foi se desencadeando o processo de construção do direito à infância, estabelecendo ao longo da caminhada direitos específicos para o público infantojuvenil.

No Brasil foi possível observar três principais pontos que podem ser enfatizados quando tratamos sobre a conquista de direitos fundamentais em relação à infância e aos adolescentes: 1) caráter penal indiferenciado; 2) caráter tutelar; 3) caráter penal juvenil.

O primeiro momento é datado no Brasil durante o século XIX, no contexto de imperialismo, sendo que nessa época do ponto de vista da responsabilidade civil, não havia diferença entre uma criança e um animal. A criança era vista como uma “coisa” de maneira indiferente ao mundo adulto e para as relações entre os indivíduos e o Estado” (Martins, s.d, p. 116).

Ao longo da nossa história, de acordo com Maria Luiza Marcílio (1998), as instituições e políticas criadas no Brasil para proteção e acolhimento de crianças e jovens estavam fundadas num modelo de assistência tutelar e disciplinadora fundamentada na ideologia cristã difundida pela Igreja, por meio das Santas Casas de Misericórdia. Com o aumento da atuação e responsabilização do Estado pelas crianças e jovens abandonados, foram surgindo ao longo do tempo legislações e serviços para dar conta da questão social da infância e juventude no país, assim como o fenômeno social do abandono e criminalidade crescente nos centros urbanos.

O segundo momento surgiu em meados do século XX, “Com o advento dos Tribunais de Menores, nascia nesse período, o caráter tutelar do Estado sobre a infância. A criança deixava de ser tratada como “coisa” e indiferente quanto à responsabilidade civil e passava a ser tratada como objeto da proteção do Estado e distinta do ser humano adulto (Martins, s.d, p.116). Assim, foi promulgado em 1927 o Código de Menores, que se constituiu como o primeiro instrumento jurídico específico para o tratamento da “questão do menor”, mesmo

que o conceito de “menor” já existisse desde o Código Civil de 1830. A conquista dos Tribunais de Menores do ponto de vista histórico foi um momento muito importante no que diz respeito a visão do Estado com o público infantojuvenil, entretanto do ponto de vista social esse processo resultou em uma visível criminalização da pobreza, trazendo a carência como sinônimo de delinquência.

Este foi um momento marcado pela intervenção da medicina na vida social, por meio do Movimento Higienista, que se baseava na promoção da saúde por meio da imposição e adesão da população aos hábitos considerados mais saudáveis, como a limpeza vinculada a um ideal de moralidade. Tal discurso influenciou a ordenação jurídica da época, sendo o termo “menor” delimitado no meio jurídico para opor as crianças que eram bem-nascidas, com família, das crianças pobres e abandonadas, menores e que deveriam ser tratadas como um caso de polícia, pois não tinham proteção da família e precisam então da intervenção do Estado. Desta forma (Souza, Oliveira e Rodrigues, 2014, pág. 151):

Como se pode verificar acima, a lei se aplicaria a crianças em situação de rua, aos que sofriam violência ou negligência por parte da família e autores de atos infracionais. Enfim, não se configurava uma “lei para todos”, aplicando-se apenas aos mais pobres. Nesse sentido, tal como aponta Santos (2013), diz-se que esta concepção doutrinária introduziu a noção de “menor-objeto”, ao tratar crianças e adolescentes como meros objetos do Direito e ao oferecer ao Estado a possibilidade legal de interferir diretamente em seus núcleos familiares.

Depois disso, durante a Era Vargas (1930- 1945) surge em 1941 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que era um sistema semelhante ao sistema penitenciário, só que voltado para “menores”, com caráter violento e repressivo. Esta perspectiva influenciou ao longo da história da sociedade brasileira a constituição dos serviços destinados ao acolhimento, proteção e educação de crianças e adolescentes, cujas marcas ainda são visíveis e fazem parte da cultura institucional de muitos programas de atendimento socioeducativo destinado aos jovens.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964) foi criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), que substituiu a SAM. Essa política atendia os chamados “menores infratores” e previa a internação de jovens a fim de conter a criminalidade, sem ter um aparato pedagógico, visando apenas o encarceramento compulsório.

A partir do processo de redemocratização no Brasil, associado à consolidação da Constituição Federal de 1988, podemos ver um amadurecimento sobre as noções dos direitos

fundamentais das crianças e adolescentes, em que traz disposições específicas sobre esses sujeitos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

De forma lenta, o centro das discussões acerca de atos infracionais cometidos por jovens e adolescentes passou a abordar a desigualdade social e de renda estruturais na sociedade brasileira, alterando significativamente a forma como as políticas públicas voltadas para a proteção social desses sujeitos têm sido constituídas. Alterou-se o foco da abordagem de uma responsabilização individual do jovem e das famílias, pelas dificuldades que enfrentam no cumprimento das suas funções de cuidado, educação e proteção, para as coletividades.

Durante grande parte da história brasileira, as políticas sociais eram caracterizadas por um caráter essencialmente assistencialista e mediador, concebidas como estratégias para administrar a miséria e manter a estabilidade estatal. Vieira (2001) destaca que o Estado, nesse processo, realizava concessões mínimas à população 'indigente', visando à preservação da ordem. Essas políticas não primavam pelos direitos dos jovens, mas pelo controle e assistencialismo.

Por meio de debates e lutas de cidadãos e profissionais que lidam com crianças e adolescentes, em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente a partir da Lei n. 8069/1990, que revolucionou o histórico tratamento de controle e exclusão social desenvolvido em épocas passadas com crianças e adolescentes, trazendo enorme avanço democrático no que tange a conquista do direito das crianças e adolescentes no Brasil e que permanece em vigor até os dias atuais. Assim, esse Estatuto se encontra subdividido em três principais eixos, sendo eles: a) Sistema primário, que estabelece políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes; b) Sistema Secundário, que traz disposições acerca de proteção e; c) Sistema Terciário, que as medidas socioeducativas a partir do cometimento de atos infracionais.

Nos debruçando sobre as medidas socioeducativas, elas são medidas aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de um ato infracional. Estão previstas no artigo 112 do

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual apresenta, de forma gradativa, as medidas a serem aplicadas, desde a advertência até a privação de liberdade.

O ECA entende que pessoas menores de 18 anos estão em uma fase de desenvolvimento e transformações psicológicas, emocionais, hormonais, onde se tem oscilações no comportamento, mudanças físicas e novas descobertas, tanto de si como indivíduo quanto da realidade que o cerca, nesse sentido, aplica-se um sistema de responsabilização. O ECA traz que é considerado ato infracional “ [...] a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”¹ Assim, os adolescentes que cometem atos infracionais irão receber alguma medida socioeducativa.

Para o adolescente autor de ato infracional a proposta é de que, no contexto da proteção integral, receba ele medidas socioeducativas (portanto, não punitivas), tendentes a interferir no seu processo de desenvolvimento objetivando melhor compreensão da realidade e efetiva integração social. O educar para a vida social visa, na essência, ao alcance de realização pessoal e de participação comunitária, predicados inerentes à cidadania (Soto Maior, 2010, p. 536)

A depender da gravidade do ato cometido, existem diferentes medidas socioeducativas previstas pelo ECA, sendo elas²: 1) advertência, que se configura como uma “bronca” judicial sobre o ato praticado executada diretamente pelo Juiz; 2) Obrigação de Reparar Dano, que é um ressarcimento econômico a partir da intermediação da 1º Vara; 3) Prestação de Serviço a Comunidade, que são tarefas realizadas pelo adolescente em entidades públicas ou privadas por determinado tempo executado pelo SEJUS juntamente com as entidades; 4) Liberdade Assistida, acompanhamento realizado por profissionais nos ambientes familiares, escolares e sociais do jovem, executada pelos Núcleos de Liberdade Assistida; 5) Inserção em regime de semi-liberdade, consiste na privação parcial de liberdade em que dá direito ao jovem em se ausentar para trabalho e estudo, cumpridas nas Unidades de Semiliberdade (USLI) e; 6) Internação em Estabelecimento Educacional, que é a privação de liberdade por um período de até 3 anos que ocorre nas Unidade de Internação.

Por meio de um atendimento e acolhimento integral e multidisciplinar composto por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e uma rede completa de profissionais, tem como objetivo trazer para esses jovens as percepções interpessoais e coletivas de direitos e deveres,

¹ (Art. 103º, Brasil, 1990)

² (Art. 112, Brasil, 1990)

evidenciando as diferenças individuais, possibilitando assim uma reinserção social e o retorno familiar e coletivo focando no desenvolvimento pessoal e social a fim de trazer um harmônico convívio por meio de ressignificações de valores e de uma reflexão interna.

Além disso, de acordo com o SINASE a medida socioeducativa visa a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; busca a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.³

Essas medidas possuem também seus objetivos específicos, sendo eles: 1) Oferecer ao adolescente um ambiente organizado, estimulador para boas práticas e seguro, com normas de convivência e programação socioeducativa pré-estabelecida e sistemática; 2) Conferir prioridade na fase do acolhimento do adolescente encaminhado para cumprimento de medida de internação e início do processo Socioeducativo que se desenvolvem com a participação dos educadores, técnicos, adolescente e família; 3) Estimular a reflexão sob fatos cotidianos e comportamentos que permitam ao adolescente a construção de uma convivência de cooperação; 4) Assegurar ao adolescente a construção do PIA – Plano Individual de Atendimento, que planeja atendimento específico àquele adolescente em todas as áreas, com a participação da família visando à construção de um projeto de vida; 5) Assegurar a emissão de documentos pessoais do adolescente; 6) Garantir um espaço de formação continuada para a equipe de trabalhadores das unidades, agentes executores e colaboradores da medida socioeducativa de internação; 7) Garantir a participação do adolescente no desenvolvimento das atividades e no planejamento e avaliação das ações; 8) Articulação entre as unidades de atendimento e coordenações das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como a integração destas com as políticas sociais executadas nos municípios, visando o acompanhamento ao adolescente e a promoção das famílias.

A vulnerabilidade social possui uma dimensão relacional na vida e formação de jovens e adolescentes, que remete a diferenciação social e cultural sentidas por meio da desvalorização e discriminação, com destaque para suas principais manifestações: os preconceitos e as discriminações; o abandono; a apartação; o confinamento; o isolamento; e as

³ (Art. 1º, Brasil, 2012)

violências. Sendo que existe um agravamento quando se trata daqueles que cumprem algum tipo de medida no sistema socioeducativo. Por exemplo, (BISINOTO, 2014, pág. 136):

- Frequentemente, eles são discriminados por conta do seu histórico infracional ou por suas características pessoais e/ou étnicas.
- Seu local de moradia comumente dificulta seu acesso a bens e serviços públicos de qualidade (transporte, educação, saúde, assistência social).
- Determinados grupos de adolescentes podem ser impedidos de circular em alguns territórios, por conta de brigas entre grupos rivais ou da divisão social do espaço urbano nas grandes cidades.
- A própria condição de confinamento em uma unidade de internação é uma vulnerabilidade relacional.

O ECA, ao propor a proteção integral da criança e do adolescente, busca assegurar não apenas direitos fundamentais, como saúde, educação, lazer e convivência familiar, mas também visa protegê-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. Essa abordagem integral visa justamente criar condições para que esses jovens tenham um desenvolvimento saudável e pleno, independentemente das condições socioeconômicas em que se encontram.

No entanto, as desigualdades estruturais do sistema capitalista muitas vezes limitam a eficácia dessas medidas. Por exemplo, a falta de recursos financeiros e estruturais em determinadas regiões, pode dificultar a implementação efetiva de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Além disso, a ausência de oportunidades iguais de acesso à educação de qualidade e serviços de saúde impactam diretamente o desenvolvimento desses jovens. Essas limitações se enraízam nas próprias contradições da ordem social estabelecida. Como afirmam Xavier e Deitos (2006, p. 69) apud Woicolesco e Figueiredo (2017, p. 1958)

[...] uma sociedade capitalista, e seu Estado político de afirmação permanente, jamais poderia universalizar as políticas sociais, se as entendermos como expressão de contradições inerentes à ordem social estabelecidas. Nessa ótica, a universalização das políticas sociais seria o caminho da própria dissolução do Estado e das determinações materiais que o sustentam, ancoradas na acumulação e reprodução capitalista.

Com isso, torna-se importante enfatizar a importância das medidas socioeducativas para o desvencilhamento da punitividade, compreendendo que responsabilizar de forma educativa e acolhedora, abarcando os aspectos estruturais da sociedade brasileira, bem como os traços psico-sociais, traz resultados mais contundentes, com maiores possibilidades de uma inserção dos jovens na sociedade.

1.1 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO DISTRITO FEDERAL

O sistema socioeducativo no Distrito Federal (DF) tem como responsáveis a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS) e a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (SUBSIS), desde o ano de 2019 a SUBSIS passou a integrar a SEJUS, tendo como um dos planos a continuidade do I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal (PDASE), com diretrizes a serem cumpridas em favor dos direitos da infância e adolescência, esse plano possui cinco eixos temáticos sendo eles: a promoção dos direitos, a proteção e defesa desses direitos, a participação de crianças e adolescentes, o controle social da efetivação dos direitos e a gestão da política.

O Distrito Federal possui ao total 30 unidades, sendo quinze destinadas a meio aberto, seis de semiliberdade, seis unidades de internação estrita, sendo elas: Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA), Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), Unidade de Internação de Santa Maria (UISM)⁴, Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), onde os jovens cumprem medidas privados de liberdade e dentre elas uma unidade exclusiva para meninas que é a Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG), uma unidade de internação provisória que como o próprio nome já diz é um local provisório destinado a jovens que estão aguardando a apuração do processo em decorrência do seu ato infracional, uma unidade de saída sistemática (UNISS) que atende os adolescentes que já estão na etapa final do cumprimento de suas medidas e um núcleo de atendimento integrado (NAI/UAI) que é o local que oferece o primeiro atendimento aos adolescentes que cometem algum ato infracional. Todos os adolescentes vinculados ao

⁴ A unidade foi inaugurada em 20 de março de 2014 e fica localizada na Região Administrativa de Santa Maria e antes da criação da Unidade Feminina do Gama, atendia meninos e meninas. A unidade possui 6,2 mil metros quadrados de área construída e 10 módulos, tendo área de saúde, espaços para oficinas profissionalizantes, escola, área para visitantes, teatro de arena, espaço ecumênico, refeitórios, ginásio coberto, campo de futebol, lavanderia e horta.

sistema socioeducativo devem ser atendidos de modo integral, ou seja, com a total garantia dos seus direitos e tendo acesso a serviços sociais.

Como já citado anteriormente, dentre os profissionais que atuam temos: pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, agentes e técnicos socioeducativos, além de outros profissionais. O trabalho é multidisciplinar e fazendo um recorte a atuação do assistente social, segundo a resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº557/2009 em seu art. 4º diz que “o assistente social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação”, assim como os demais profissionais devem garantir as especificidades da sua atuação profissional de acordo com sua área.

O governo do Distrito Federal através de uma iniciativa da SEJUS, postou a portaria de nº 4, de 23 de janeiro de 2020 que normatiza atendimento a população LGBTQI+, a portaria proíbe qualquer forma de discriminação por parte dos servidores do sistema socioeducativo ou até mesmo de terceiros, baseada na orientação sexual e/ou na identidade de gênero dos jovens.

A portaria dispõe de normas para um tratamento humanizado, visando abranger as mais diversas questões como o respeito e reconhecimento do nome social, a questão das vestimentas dos adolescentes e até mesmo acesso a tratamentos hormonais e biopsicossocial de acompanhamento durante o processo de transição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente visa primordialmente garantir a proteção integral dos indivíduos em situação específica de desenvolvimento, além de garantir direitos básicos, como o acesso à escola, alimentação, entre outros, inclusive em contexto de responsabilização.

Em relação à medida socioeducativa, muitas vezes existe um sentimento dual, entre o eixo proteção e responsabilização, no sentido protetor, estar na medida socioeducativa pode garantir que o adolescente frequente à escola, tenha uma alimentação de qualidade, tenha abrigo, consiga inserção em projetos para profissionalização e entrada no mercado de trabalho, além da possibilidade de garantir um futuro distante do contexto que o levou ao cometimento do ato infracional. Segundo dados do Governo do Distrito Federal e da SEJUS-DF, de 2020 para 2021, houve por exemplo, o crescimento da participação de jovens em medida socioeducativa no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o exame tem a

possibilidade de ser realizado dentro da Unidade, o que possibilita que esse jovem ingresse em uma Universidade pública.

Entretanto, a perspectiva do convívio forçado com outros adolescentes, agentes, diretores, também complexifica essa relação. A possível dificuldade de convivência entre colegas e servidores pode ser um agravante durante o cumprimento da medida socioeducativa, isso em concomitância ao distanciamento da família e do espaço de vivência anterior, pode contribuir para que o adolescente apenas enxergue a medida enquanto uma punição:

Portanto, o olhar do adolescente está voltado ao caráter de obrigação – em que cabe apenas cumprir –, e não a um exercício de busca e compreensão deste direito, com o auxílio do orientador, sobre a importância da educação em si como formação do sujeito, numa perspectiva de mudança de realidade e de superação das desigualdades, consequentemente, da condição de infrator a que está rotulado. (Bonatto e Fonseca, 2020, p. 12).

Essa complexa teia que envolve as ideias de responsabilização e de educação juntas, é afetada por outros vetores, como o da correlação de forças existente na Unidade, visto que a permanência ou liberação do adolescente, estão suscetíveis não só ao cumprimento das metas do PIA, por exemplo, mas estão sujeitas à configuração das relações na Unidade, se existe algum problema com um servidor, um conflito interno entre adolescentes, pode ser que a extinção da medida demore ainda mais. Se há a evasão constante, pelos mais diversos motivos, o adolescente encontrado por MBA⁵, pode retornar à uma medida com mais tempo a cumprir ou ainda caminhar para o cumprimento de uma medida menos branda. Ainda, há os relatórios feitos pelos profissionais e o julgamento pelos juízes da Vara responsável. Ocorre que nesse caminho, o adolescente pode acabar retornando à medida constantemente durante todo o seu desenvolvimento juvenil, além de permanecer na medida sem vislumbrar uma data fixa para sua saída.

Nesse eixo, conforme Eunice Teresinha Fávero (2012 apud Maria Liduína Oliveira e Silva, 2011:

[...] caminha-se na "contramão de quaisquer perspectivas socializadoras, libertadoras e emancipadoras dos adolescentes, servindo, portanto, a um modelo de sociedade capitalista, cujo controle social ocorre pela via do controle da pobreza, das

⁵ Mandado de Busca e Apreensão, aplicado em casos de evasão antes do término do cumprimento da medida.

consideradas 'classes perigosas' e na defesa de uma sociedade desigual" (p. 209); a banalização dos trâmites e dos procedimentos vem na esteira das arbitrariedades desse sistema, em que, na maioria das vezes, os sujeitos passam despercebidos em sua condição humana; a referência ao "sujeito de direitos" é base para sua responsabilização criminal; "a história de classe e pessoal dos adolescentes" está diretamente relacionada à determinação de "quem vai para a prisão, quem recebe LA, remissão ou medida específica de proteção"; a "culpabilização da família" aparece por trás da história do adolescente, permanecendo a referência de que tais famílias são "desestruturadas" e "desorganizadas", "incompetentes" para cumprir sua função de educadora de futuros cidadãos; o "tratamento como criminoso" está presente do início ao fim do processo, e "o adolescente vira papel, ou melhor, processo, e nesse processo se torna réu, 'delinquente' e 'criminoso'", numa periculosidade naturalizada "como inerente ontologicamente à pessoa do infrator adolescente" (Fávero, 2011, p. 217).

Sendo assim, percebe-se que há também uma organização de punição pelas expressões da questão social que atravessam a vida do adolescente, como a pobreza, a violência no núcleo familiar, a violência de gênero e de orientação sexual, entre as mais diversas violências sofridas pela ausência do Estado em uma família vulnerável, no processo de crescimento daquela criança e posteriormente, daquele adolescente. Ao passo de que, quando em tutela do Estado, dentro da medida socioeducativa, essas mesmas garantias que deveriam ser oferecidas, também podem apresentar escassez, seja pela falta de estrutura e investimento, pela abordagem dos profissionais muitas vezes moralizante, pela não vinculação à Unidade, pela perspectiva punitivista de quem detém o poder ou pelas demandas que perpassam a realidade de um adolescente.

O poder executivo e o poder judiciário têm como responsabilidade verificar, julgar e também aplicar as medidas socioeducativas através do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativas. Trata-se de um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolvem o processo de apuração de ato infracional e de execução de medida socioeducativa, incluindo-se nele, por adesão, o Sistema nos níveis estaduais, distrital, municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei. (LIBERATTI, 2012, p. 136).

A Constituição Federal de 1988 evidencia, em seu Art. 5, a obrigação do Estado em zelar e garantir o atendimento às necessidades do adolescente e sua respectiva qualidade de vida. Dessa forma, é responsabilidade da União, conforme citado por Ramidoff (2012):

A elaboração do plano nacional de atendimento socioeducativo, por sua vez, torna efetiva a integração da União com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (inciso II do artigo 3º da Lei n. 12.594/2012). Esses entes jurídicos de Direito

Público interno deverão, em parceria estabelecer as diretrizes básicas para o acompanhamento do cumprimento das medidas legais – protetivas e socioeducativas – que forem judicialmente determinadas ao adolescente. (RAMIDOFF, 2012, p. 20).

O poder público é responsável pelo processo de ressocialização dos adolescentes em conflitos com a lei, com a criação e aplicabilidade de políticas sociais voltadas para a reeducação e conscientização. Portanto, é o principal agente responsável a implantar infraestruturas e meios no ações de reinserção do adolescente e a disponibilizar instrumentos necessários para promover educação exemplar. É o Estado que deve investir na educação desses jovens e propiciar os meios de reinserção social efetiva, gerando oportunidade de empregos, a fim de que estes desistam de conviver na criminalidade. (RODRIGUES, SOUZA, 2017).

A família é considerada o grupo social responsável pela criação, influência e primeiros passos do indivíduo. Minuchin (1982) apresenta a família como:

Família é sujeita à pressão interna, que provém de mudanças evolutivas nos seus próprios membros e subsistemas, e à pressão exterior, proveniente das exigências para se acomodar às instituições sociais significativas, que têm um impacto sobre os membros familiares (MINUCHIN, 1982, p.64).

O comportamento social do indivíduo é o espelho da sua convivência positiva ou negativa do adolescente. É necessário que o conjunto de atitudes, objetivos e práticas educacionais realizadas pela família possibilite a socialização, que consiste no processo em que o indivíduo compreende o que é viver em sociedade (WOOD, MCLEOD, SIGMAN, HWANG, CHU 2003).

A família tem um papel principal na medida socioeducativa do adolescente, onde junto com sua presença são traçadas estratégias diferentes de quando o adolescente chegou para cumprir a medida de semiliberdade. Dessa forma, com compreensão, afeto e apoio, a família pode mudar a ressocialização do adolescente.

Para Liberati (2012), a sociedade tem deveres a serem cumpridos perante a infância e juventude, de forma a propiciar a oportunidade de convivência com o contexto social. A comunidade deve contribuir com atividades de planejamento, controle e execução das ações que serão desenvolvidas nos locais apropriados, oportunizando a relação entre o adolescente internado e a comunidade.

O preconceito existente com os jovens infratores pode prejudicar sua ressocialização. É necessário que o acolhimento possa dar uma nova oportunidade de conviver como reforçado por Baratta:

“Que a verdadeira reeducação deveria começar pela sociedade, antes que pelo condenado. Antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo, assim, a raiz do mecanismo de exclusão” (BARATTA, 2002, p.186).

Assim, a ressocialização dos jovens em conflito com a lei não pode ser vista apenas como um esforço individualizado. É essencial que haja uma abordagem sistêmica e abrangente, que busque não apenas ressocializar esses jovens, mas também reformar as estruturas sociais e enfrentar os preconceitos arraigados na sociedade. Este é um desafio coletivo que demanda a participação ativa de diferentes setores.

1.2 DADOS ESTATÍSTICOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO DISTRITO FEDERAL

O sistema socioeducativo nos últimos anos vem apresentando uma grande redução que vai na contramão da realidade do sistema penitenciário. É importante falar sobre o modelo que foi implementado no sistema penitenciário brasileiro na década de 1990 durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde “importaram” uma política de tolerância zero, que foi oriunda dos Estados Unidos (EUA) e surgiu durante a década de 1980, ganhando destaque por sua abordagem rigorosa e punitiva em relação à criminalidade. Essa estratégia foi adotada com o objetivo de combater crimes violentos e a desordem urbana, priorizando a aplicação severa da lei, independentemente da gravidade do crime, baseada na teoria das “janelas quebradas”⁶.

Nos EUA, essa abordagem se manifestou principalmente na esfera da política criminal, onde a ênfase estava na punição imediata e incisiva de infrações, por menores que

⁶ A teoria das janelas quebradas, também conhecida como "broken windows theory", inicialmente desenvolvida em 1982 por James Q. Wilson e George Kelling, cientista político e psicólogo criminologista, respectivamente. Foi apresentada na revista Atlantic Monthly. Esta teoria estabeleceu uma correlação entre desordem visual e o aumento da criminalidade, utilizando a metáfora das janelas quebradas para ilustrar como a desordem gradualmente adentra uma comunidade, resultando em sua deterioração e declínio na qualidade de vida. O estudo se baseou na observação de carros abandonados no Bronx e em Palo Alto como exemplos ilustrativos desse conceito. Fundamenta-se na ideia de que a tolerância a pequenos delitos pode estimular a ocorrência de crimes mais graves, criando um ambiente propício para o aumento da criminalidade.

fossem. Seu objetivo era desencorajar a prática de crimes, criando um ambiente onde qualquer infração seria prontamente punida. No entanto, essa política gerou grandes debates e críticas devido às suas consequências sociais e ao impacto desproporcional sobre comunidades marginalizadas, resultando em altas taxas de encarceramento.

A implementação dessa política no Brasil enfrentou diversos desafios e críticas ao longo do tempo, levando a argumentos consistentes sobre seu fracasso em produzir os resultados esperados em termos de redução da criminalidade e melhoria da segurança pública.

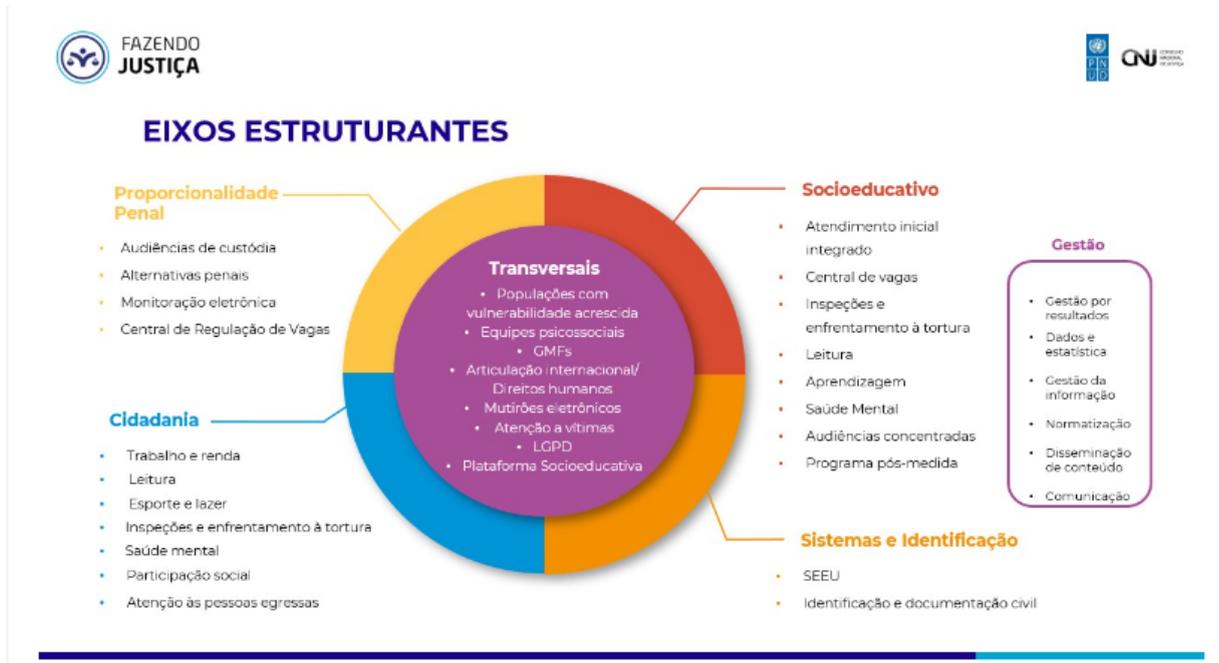
Na realidade houve uma criminalização da pobreza, pela aplicação muitas vezes direcionada às periferias onde se encontram a população de baixa renda, com abordagens mais severas em áreas já marginalizadas, sem abordar as raízes estruturais da criminalidade. Resultando em um aumento significativo das taxas de encarceramento. Isso sobrecarregou ainda mais um sistema penitenciário já sob estresse e não conseguiu resolver os problemas fundamentais relacionados à criminalidade. Atualmente o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, entre os anos de 2000 a 2019 os números triplicaram, passando de 230 mil para 770 mil presos (atrás somente dos Estados Unidos, que possui a maior população carcerária e da China).⁷

Em 2019 surge o programa “Justiça Presente”, que em setembro de 2020 se torna o atual “Fazendo Justiça”. É uma iniciativa desenvolvida para abordar questões inconstitucionais presentes nas unidades de privação de liberdade (sistema penitenciário e sistema socioeducativo), reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, o programa opera em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outros apoiadores.

O “Fazendo Justiça” destaca o papel central do Judiciário na articulação de diversos atores em rede, com ênfase na melhoria das etapas tanto do ciclo penal quanto do ciclo socioeducativo. Sua abordagem promove o diálogo interinstitucional em vários níveis federativos, estimulando a implementação de ações personalizadas adaptadas às necessidades de cada unidade da federação. Em essência, o programa visa acelerar respostas estruturantes, visando uma transformação positiva no sistema carcerário brasileiro.

⁷ Conselho Nacional de Justiça. Fazendo Justiça. Brasília: CNJ [2019]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justificativa/>

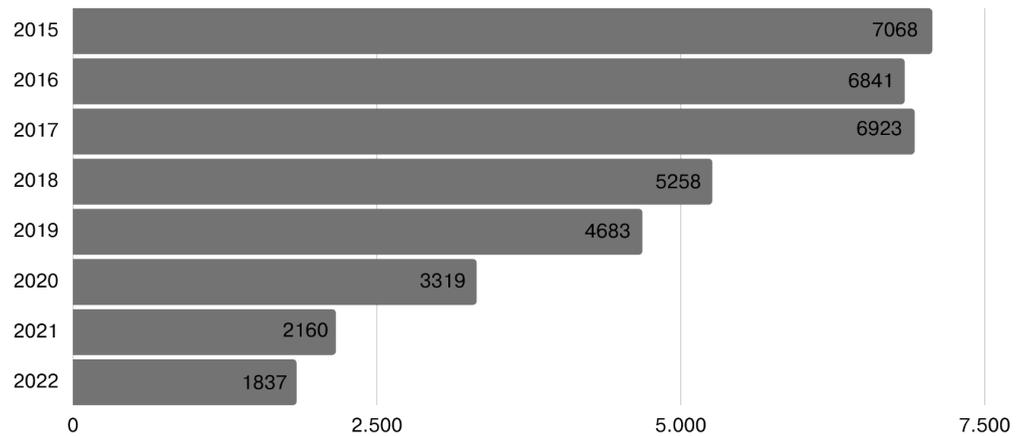
Imagem 1 - O programa é dividido em quatro eixos principais de ação – Proporcionalidade penal, Cidadania, Sistemas e Identificação Civil e Socioeducativo – além de um eixo específico para ações transversais e de gestão.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Como já citado anteriormente o programa atua também no sistema socioeducativo e vem conseguindo promover grandes avanços, um deles pode ser a significativa redução apresentada a seguir, no âmbito do sistema socioeducativo do Distrito Federal.

Gráfico 1 - Quantitativo total de entradas no Núcleo de Atendimento Integrado, entre os anos de 2015 e 2022, é possível observar uma significativa redução.



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de NAI/UAI. Estatísticas anuais de entradas no sistema socioeducativo do Distrito Federal.

Os números apresentados revelam uma tendência marcante de redução no número de entradas no sistema socioeducativo ao longo dos anos, indicando uma mudança notável no panorama desse sistema no Brasil. Em 2015, o registro de 7.068 entradas no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) aponta para um cenário onde a demanda era consideravelmente alta.

Entretanto, a evolução desses dados nos anos subsequentes é significativa. Em 2019, esse número caiu para 4.683 entradas, sinalizando uma redução substancial em relação ao ponto inicial em 2015. Essa diminuição pode sugerir uma série de mudanças ou melhorias em políticas públicas, programas de prevenção e até mesmo alterações nas abordagens policiais.

O dado mais recente, referente ao primeiro semestre de 2023 com 909 entradas. Destaca uma diminuição drástica e impressionante no ingresso de jovens no sistema socioeducativo. Essa queda acentuada pode indicar um progresso significativo na implementação de estratégias preventivas, políticas de intervenção mais eficazes e um enfoque maior na resolução de conflitos sem a necessidade de recorrer às medidas restritivas. Inclusive pode estar associado à atuação do programa “Fazendo Justiça”.

Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de uma análise mais detalhada desses e outros dados, levando em conta aspectos qualitativos, como a efetividade das medidas adotadas, o impacto real na vida desses jovens e a avaliação de suas taxas de reincidência após o período de intervenção socioeducativa. Essa análise mais aprofundada ajudaria a compreender melhor a natureza dessa redução e a desenvolver estratégias mais assertivas e

sustentáveis para o futuro do sistema socioeducativo no país.

CAPÍTULO 2: AS ATIVIDADES CULTURAIS COMO METODOLOGIA EDUCACIONAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA

Ao considerar a perspectiva reverenciada no livro “Docência na Socioeducação”, publicado sob a coordenação de Cynthia Bisinoto há um reconhecimento sobre o complexo desafio presente em intervenções realizadas com jovens e adolescentes no âmbito da educação na socioeducação, tendo em vista que a questão da vulnerabilidade social que tanto causa danos à formação desses sujeitos não podem ser enfrentadas apenas por projetos educativos ou pela institucionalização e enclausuramento do jovem por um período de tempo. A questão da vulnerabilidade é um fenômeno social multifacetado, da qual os principais aspectos citados nesta obra e que são enfrentados pela população jovem são: a pobreza e a pobreza extrema; a baixa escolaridade; a exploração no trabalho; a privação da convivência familiar e comunitária; os homicídios; a gravidez na adolescência; as doenças sexualmente transmissíveis e Aids; o abuso e a exploração sexuais; e o abuso de drogas.

É preciso, além de maiores investimentos das políticas públicas de proteção social de jovens, que os projetos educacionais na socioeducação estejam fundamentados na realidade social e comunitária, que busquem incentivar a participação dos sujeitos. Dessa forma, é possível construir uma consciência acerca da realidade e o protagonismo desses jovens nos espaços sociais em que vivem, buscando diferentes formas de existir no mundo. Para isso, é

necessário formar os profissionais que atuam nesse campo para uma compreensão respeitosa e positiva dos adolescentes, com a valorização de suas ideias, compreendendo-os como cidadãos. Assim, a escola e a educação têm um papel importantíssimo no desenvolvimento de uma consciência política e no sentimento de pertencimento do jovem a uma coletividade que é parte de um contexto social mais amplo.

Isto pressupõe o combate da naturalização da ideia de que os adolescentes e jovens pobres são potencialmente perigosos, da criminalização da pobreza em geral e de que a solução para a diminuição da violência urbana e de delitos cometidos por jovens seria o agravamento das punições impostas a essa população, como a redução da maioridade penal e o aumento do tempo de internação. Para isso, as autoras enfocam alguns dados importantes, como: que na realidade os adolescentes estão entre as principais vítimas da violência urbana; a maioria dos atos infracionais cometidos por eles são contra o patrimônio, não contra a vida; e de que os delitos praticados por jovens representam apenas 8% do total de delitos, sendo que esse grupo totaliza em torno de 40% da população brasileira.

O Projeto Político Pedagógico das medidas socioeducativas no Distrito Federal foi criado em 2013, baseado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742/93), no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594/12) e outras legislações relacionadas.

A Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) conta com diversos projetos, dentre eles o Projeto RAP, Cine Debate RacioCine, roda de conversa Abre a Roda, Socializando Sonhos: Vivências em Direitos Humanos, Projeto: Socializando Sonhos Através da Arte, dentre outros.

O Projeto RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo) vem promovendo, desde 2015, a transformação de trajetórias de vida de adolescentes em condições de vulnerabilidade social, por meio dos quatro elementos da cultura *HIP HOP* (DJ, MC, Graffiti e Break) aliados ao 5º elemento (o conhecimento). As ações pedagógico/culturais do projeto, a princípio, estavam voltadas para os socioeducandos da Unidade de Internação de Santa Maria, porém, após receber várias premiações e ser reconhecido internacionalmente, atualmente o projeto conta com aportes financeiros que permitiram ampliar as ações ofertando intervenções em outras unidades socioeducativas, na escolas regulares, além do acompanhamento de egressos.

O idealizador do projeto é o Francisco Celso (Cisquin), professor de história e especialista em educação inclusiva, além de mediador social, produtor cultural, pesquisador, palestrante e diretor pedagógico da Associação Respeito e Atitude - AREA. A eficácia de suas intervenções pedagógico-culturais promoveu um processo de reconhecimento por meio de premiações, se tornou o primeiro professor a ter um “perfil de prevenção” com a sua história no site do Instituto Auschwitz para a prevenção do genocídio e outras atrocidades em massa e ficou entre os 50 finalistas do Prêmio Global Teacher Prize (considerado o Nobel da Educação), tornando-se, assim, embaixador da Varkey Foundation no Brasil, foi premiado no âmbito educacional com o Prêmio Itaú/Unicef Etapa Local (2017), Prêmio Itaú/Unicef Etapa Nacional (2018), Prêmio Práticas Inovadoras nas Escolas Públicas do Distrito Federal (2021), Prêmio Ring of Peace (2021), Prêmio Paulo Freire de Educação (2023) além de colecionar várias premiações no âmbito cultural, dentre elas Prêmio Hip-Hop Zumbi (2011 e 2012), Prêmio IFÁ AJE (2013), Prêmio Cultura Brasília 60 (2020), Prêmio BSB 2060 (2020), Prêmio Cine de Expressão (2021), Prêmio Valor Periférico categoria Hip Hop Social e categoria Menção Honrosa (2023), Prêmio FAC Cultura Hip-Hop (2023).

Em entrevista realizada com o Francisco em outubro deste ano (2023), ele relata que teve seu primeiro contato com o sistema em 2014 após o convite de um amigo que trabalhava na Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE) para realizar uma intervenção com um grupo de professores da unidade. Naquele ano ele trabalhava na extinta coordenação de educação em diversidade. Após essa intervenção que abordava a temática de diversidade, ele pôde conhecer como era a estrutura de uma unidade de internação e logo houve o convite para que ele cogitasse trabalhar no sistema.

Após passar pelo processo seletivo ele começou a atuar no sistema e durante o primeiro semestre do ano de 2015 ele realizou um diagnóstico e percebeu que os internos não se identificavam com as narrativas contadas nos livros didáticos e sim nas narrativas das letras de rap. Logo, Francisco diz que não foi ele que escolheu o rap como ferramenta pedagógica, ele apenas teve a sensibilidade de perceber que os socioeducandos não são copos vazios, pois carregam letramentos que muitos educadores não carregam, a maioria demonstraram ter uma potência muito grande no âmbito cultural.

A partir desse momento o projeto começou a ganhar forma, inicialmente com alguns instrumentais que foram baixados e ele dava espaço para os meninos fazerem suas “performances” enquanto utilizavam o pincel como microfone. Mariana que é egressa do

sistema já havia produzido cerca de vinte composições, que carregavam muito empoderamento sendo e extremamente politizadas. No trecho a seguir temos uma das composições feitas pela Mariana intitulada “*Sonhos*”:

*“Botei um foco na minha vida
E ele eu vou seguir
Não quero mais viver essa
Vida de grades para mim
Quero poder viajar
Realizar os meus desejos
Viver compondo RAP
Esse é meu foco mesmo
Já sonhei em voar
Sonhei em ser criança
É, eu não tive o que chamam de infância
Infância dura
Um mero sofrimento
Feridas...
Que ainda doem aqui dentro
Sonhos...
Coisas que não são impossíveis
Sonhos...
Realize os mais difíceis
Um dia alguém me perguntou
O que te faz compor?
Todas as letras que escrevo
É com muito amor
Nunca tive impulso
Mas sim entusiasmo
Tudo que eu escrevo
Quase nunca rasgo
Sempre mando pro papel
Sonhando em gravar
E sei que esse sonho
Um dia eu vou realizar”⁸*

Autora: Mariana

O trecho reflete não só a busca por realizações individuais, como também o anseio por ser ouvida e compreendida. Através da música e das letras que compõe com amor, Mariana espera transmitir suas experiências, inspirando-se no entusiasmo e na determinação para enfrentar as adversidades. Há uma busca por liberdade e por uma identidade própria, destacando o desejo de viver experiências que até então foram inalcançáveis. Mariana menciona a falta de uma infância tradicional, ressaltando a dor dessa ausência e como isso influencia sua arte. Ela parece encontrar na música não apenas uma forma de expressão, mas uma via para curar feridas e alcançar seus sonhos.

⁸ (Nóbrega; Figueira e Celso, s/d, p. 135)

Em decorrência da grande potencialidade do projeto aos poucos o professor Francisco foi tendo apoio de outros profissionais da unidade, sendo uma delas a Luana Eusébio que era pedagoga na unidade mas também era *rapper* e que junto ao Francisco Cisquin realizou o primeiro sarau na unidade, contando com o apoio da Família Hip-Hop⁹ que emprestou o som. O Alex Suburbano que emprestou outros equipamentos e esse sarau foi um marco muito importante para aqueles adolescentes.

Através do rap pôde-se utilizar os três eixos transversais do currículo em movimento do Distrito Federal que são: sustentabilidade, direitos humanos e diversidade. Ele realiza aulas temáticas abordando um dos eixos, os trabalhos produzidos pelos socioeducandos podem ser através de composições, poesias, redações, desenhos, cada um é livre para se expressar da maneira que achar melhor.

As aulas possuem esse formato devido a particularidade de que apesar de ser um ambiente educacional é extremamente rotativo, as turmas nunca são as mesmas, a cada semana chega alguém novo e outros saem, desta maneira não é possível programar aulas conteudistas. Segundo Cisquin, ele acredita que precisa preparar aulas temáticas que impacte na vida daquele jovem naquele momento, pois pode ser que na próxima aula ele já não esteja lá.

Houve uma excelente adesão por parte dos socioeducandos, afinal o projeto surge de uma construção coletiva levando em consideração a identificação daqueles jovens com o rap, por outro lado houve muita resistência por parte de outros profissionais, inclusive inúmeros casos de boicote e perseguição por parte dos agentes que muitas vezes não retiravam os jovens para levá-los às atividades que já haviam sido previamente preparadas para eles.

De acordo com o idealizador do projeto, estima-se que em média 1.500 jovens já tenham sido atendidos de forma direta pelo projeto. Porém existe um trabalho de prevenção que é realizado onde eles visitam inúmeras escolas, onde cerca de 10.000 jovens foram impactados de maneira indireta.

Quando falamos sobre a importância de projetos como esse dentro do sistema socioeducativo, podemos apresentar os dados sobre reincidência entre os adolescentes que

⁹ O Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop surgiu em meados de 2000, a partir da iniciativa de jovens da comunidade de Santa Maria que tinham proximidade com a cultura Hip Hop. É uma entidade sociocultural que tem como principal objetivo atuar no campo popular, buscando através do movimento Cultura Hip Hop e Educação Popular fazer atividades de formação, despertar a percepção crítica de seus membros e da comunidade de forma geral.

foram atendidos. Entre as meninas durante quase nove anos de projeto, apenas uma reincidiu no ato infracional, um número extremamente exitoso, já entre os meninos o número é um pouco maior. Fazendo um comparativo entre os que não foram atendidos pelo projeto a taxa de reincidência é baixíssima. O Projeto RAP conseguiu ressocializar vários egressos, inserindo eles em um círculo virtuoso, promovendo renda através da participação de simpósios, saraus, seminários, batalhas de rima, slam de poesia, festivais de música e campanhas publicitárias.

Durante uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma egressa que participou do projeto compartilhou sua experiência. Ela relatou que sempre foi invisível para a sociedade, que só passou a enxergá-la após cometer o ato infracional e que logo após cumprir sua medida voltou a ser invisível. De acordo com Soares (2008)

“Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. [...] No caso deste nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre a ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece.” (Soares, 2008, p. 165).

O relato dela ressoa profundamente com as ideias de Soares (2008) sobre a invisibilidade social. A percepção de ser invisível para a sociedade, que muitas vezes é experimentada por jovens de comunidades marginalizadas, especialmente os pobres e negros, é uma realidade complexa e multifacetada.

Soares destaca como o preconceito e a indiferença contribuem para essa invisibilidade social. A construção de estigmas e preconceitos projeta sobre esses indivíduos uma visão distorcida e limitada, anulando suas identidades e singularidades. Ao invés de serem vistos como indivíduos completos, são reduzidos a estereótipos, tornando-se praticamente invisíveis aos olhos da sociedade.

O relato da egressa enfatiza essa dinâmica: a percepção de que somente após cometer um ato infracional é que recebeu alguma forma de atenção, ainda que negativa, ilustra como o sistema tende a enxergar certos grupos somente quando estão associados a um estigma criminal. E, uma vez cumprida a medida socioeducativa, volta-se à invisibilidade anterior,

reforçando a ideia de Soares sobre como a sociedade muitas vezes só enxerga o reflexo de seus próprios preconceitos.

Esta idéia pode ser evidenciada neste trecho da poesia “Clima Tenso”:

*“Preconceito e racismo, tudo em cima de mim
Não encontro jeito de tentar resistir
Sou favelado e desde sempre foi assim
Só quem sabe é quem já morou aqui
Os humilhados rejeitados, chamados de neguin.”¹⁰*

Autor: Edinaldo

A poesia lírica escrita por Edinaldo que também participou do projeto RAP, traz à tona as lutas diárias contra estereótipos, discriminação e exclusão vivenciadas por quem pertence a comunidades marginalizadas.

É essencial refletir sobre como essa invisibilidade social impacta a vida desses indivíduos, minando oportunidades, limitando acesso a recursos e perpetuando ciclos de exclusão. O entendimento dessa dinâmica é fundamental para promover mudanças significativas na sociedade.

A partir desses relatos vemos a importância do Projeto RAP que oferece um espaço onde esses jovens podem expressar suas experiências, opiniões e vivências utilizando suas próprias narrativas para se expressarem de forma autêntica, como uma ferramenta de empoderamento, capacitando esses jovens a se destacarem por meio de suas habilidades artísticas e talentos individuais, fortalecendo a autoconfiança e autoestima.

O reconhecimento e as premiações conquistadas pelo projeto elevam não apenas a visibilidade do próprio, mas também a visibilidade dos jovens participantes. O fato de o projeto ter recebido aportes financeiros que permitiram ampliar suas ações para além da Unidade de Internação de Santa Maria é significativo.

Ao oferecer essa oportunidade para esses jovens, o projeto está mudando suas narrativas. Em vez de serem vistos apenas como infratores ou indivíduos invisíveis para a sociedade, eles são percebidos como artistas, criadores e indivíduos capazes de contribuir de maneira significativa para a cultura e a sociedade.

¹⁰ (Nóbrega; Figueira e Celso, s/d, p. 31)

2.1 O MOVIMENTO HIP-HOP

O movimento Hip Hop é uma cultura múltipla que se originou nas comunidades afro-americanas e latinas do Bronx, em Nova York, na década de 1970 e é composto por quatro elementos principais: DJ (*Disk Jockey*), Rap (*rhythm and poetry*), Break (um estilo de dança de rua) e Graffiti (pintura aerográfica). Segundo Santos (2017) o Hip-Hop pode ser definido como

“um movimento social; um movimento cultural; arte; um movimento sócio-político cultural; um processo educativo; uma ferramenta para a transformação; cultura periférica; filosofia da periferia; uma ideologia” (Santos, 2017, p.31)

Podemos também saber mais sobre a origem e definição do Hip-Hop através de uma entrevista disponibilizada pela revista “Raça” onde de acordo com o DJ Afrika Bambaataa apud Fernanda Gyullia Araújo da Silva (2021, p. 25)

O hip hop nasceu como uma nova onda de tendências e comportamento ou evoluiu para movimento cultural depois?

Inicialmente, o hip hop surgiu como resultado de outros acontecimentos musicais como o Reggae Dance Hall e o Calypso, que estavam sendo realizados na Jamaica. A poesia de Last Poets, Watts Prophets, Gil Scott Heroin, Gary Byrd, Sly Stone, James Brown, Jocko, Murray The K, Cousin Brucie, Eddie O Jay, Muhammad Ali, Malcolm X, Mother Goose, entre outros, já tinha algum tipo de rap em suas canções, mas foi comigo, com o DJ Kool Herc e o Grandmaster Flash que o hip hop começou a se tornar o que ele é hoje. Ele começou nas comunidades negras, que envolve toda a família dos latinos também.

Como você define o hip hop?

O hip hop é uma extensão do funk e da soul music, e cada pessoa que nomeei ajudou a formá-lo. Existem quatro entidades que defino como a essência do hip hop: os b-boys e as b-girls, os DJs, os MCs e o grafite. Ao unir meu conhecimento com a Zulu Nation, conseguimos nomear o hip hop como cultura. Ninguém disse que o movimento que iniciamos se chamava hip hop, ninguém o reconheceu como um movimento mundial. Mas ele nasceu no Bronx, em Nova Iorque, embora o rap seja tão antigo quanto o ser humano. (Bambaataa, 2016)

No Brasil o movimento surge na década de 1980, após o país passar por um período muito complexo que foi a ditadura militar, surgindo mais especificamente em São Paulo, trazendo a mesma característica dos EUA de ser oriundo de grupos marginalizados. É durante a década de 90 que o movimento ganha força e principalmente o rap, com o surgimento de

inúmeros grupos que permanecem com grande reconhecimento atualmente, tendo como um dos principais o Racionais MC's.

Segundo Righi (2011) apud Fernanda Gyullia Araújo da Silva (2021)

“Esse movimento cultural ainda em formação no Brasil no final dos anos 1980 começou a ditar alguns códigos de vestimenta, de musicalidade, de vocabulário e de comportamentos específicos para a juventude, visíveis tanto nas ruas das favelas como nos bailes periféricos: tratava-se da cultura Hip Hop. Também por meio dos bailes, chegou até os jovens negros um ritmo “diferente” que seria 27 Brasília 2021 responsável por uma revolução musical e comportamental só comparada ao que o rock and roll tinha causado em décadas anteriores: tratava-se do RAP.” (Righi, 2011, p.66)

O hip-hop, como expressão artística, serve como uma ferramenta poderosa para a amplificação das vozes de uma geração marginalizada e frequentemente silenciada. Os jovens ao se envolverem nessa cultura musical, tornam-se porta-vozes de uma realidade periférica e estigmatizada, criando uma consciência política e social que transcende barreiras de gênero, raça e etnia. Essa atitude desafiadora e combativa não só estabelece um senso de comunidade entre eles, mas também revela a injustiça espacial que se materializa nas áreas periféricas das cidades. Assim, a juventude ligada ao hip-hop, mesmo dispersa geograficamente, tem o poder de redefinir suas próprias narrativas geracionais, encontrando semelhanças e diferenças significativas em seu envolvimento com o rap e na luta contra situações discriminatórias, tal como evidenciado na comparação entre jovens rappers de São Paulo e Berlim pela autora Wivian Weller (2010).

Segundo Ferreira (2022) os MC's ou *rappers* que representam e se expõem mais dentro do movimento, são responsáveis por serem porta voz das denúncias evidenciadas em suas letras.

“O MC é aquele que através de sua poesia cantarolada busca conscientizar e lutar contra as injustiças sociais, através de suas letras, rimas e discursos. O rapper ou MC deve ser os olhos atentos e a voz reivindicadora daqueles que estão sendo ludibriados e silenciados e, muitas vezes sofrem em silêncio sem saber como reivindicar pelos seus direitos por conta da ignorância sociopolítica imposta a eles pela colonização epistêmica dos poderosos. Os rappers devem “abrir os olhos” e dar visão aos invisibilizados e negligenciados pelos sistemas e estruturas neoliberais da sociedade do espetáculo. Deve ser a voz daqueles que sofrem com o racismo e preconceito, a voz daqueles que foram intencionalmente/estrategicamente esquecidos.” (Ferreira, 2022, p. 24)

O que pode ser evidenciado ao analisarmos esse trecho da música “*O Legado*” do *rapper* Heitor Valente:

“*Se envolver no rap era só questão de tempo*”

*Ser o porta voz de quem veio do sofrimento
O processo é lento, o barato é louco
Poucos que tem muito, muitos que tem pouco
E se na perifa não ajudarmos uns aos outros
É questão de tempo pra tá todo mundo morto”*

Autor: Heitor Valente¹¹

Nesse trecho vemos uma conexão direta com a ideia apresentada por Ferreira (2022), destacando o papel crucial do rapper como voz dos marginalizados, alguém que denuncia as desigualdades e promove a conscientização sobre as dificuldades enfrentadas pelos menos favorecidos na sociedade. A música serve como um veículo para dar visibilidade às questões sociais e reivindicar mudanças em prol de uma sociedade mais justa.

Outro trecho que podemos analisar é da poesia “*Brasil, País Perfeito*” de autoria de um dos participantes do projeto RAP que também expõe a realidade das periferias desmistificando o discurso político que muitas vezes tenta ocultar ou minimizar os desafios enfrentados por essas comunidades, trazendo à tona a dura realidade de vidas ceifadas pela miséria e pela falta de oportunidades.

*“Cada corpo encontrado na favela
Cada moleque de campana portando munição antiaérea
São sonhos destruídos por causa da miséria
Aqui os fatos são verídicos, não a porra de um Brasil sem fome
e o discurso do político
A escola que eles estudam não garante certificado
Só resulta em funeral e o corpo cheio de buraco
Caminhe comigo pelo campo do extermínio
Pra você saber que o tempo de vida aqui é mínimo”¹²*

Autor: Lucas Augusto

São inúmeras poesias que estão distribuídas entre os três livros que já foram lançados pelo projeto e poderiam ser analisadas, em todas é possível observar que esses jovens possuem muita consciência crítica. Esses artistas utilizam suas letras como uma ferramenta poderosa para transmitir mensagens sobre questões sociais, econômicas e políticas enfrentadas por suas comunidades. Suas palavras carregam um teor de empoderamento ao darem voz aos desafios cotidianos, à resistência contra a discriminação racial, à denúncia das desigualdades sociais e à busca por justiça e igualdade.

Ao abordar temas como preconceito, racismo, desigualdade social e violência nas comunidades marginalizadas, os *rappers* não apenas narram suas experiências, mas também

¹¹ (Nóbrega; Figueira e Celso, s/d, p. 9)

¹² (Nóbrega; Figueira e Celso, s/d, p. 26)

procuram conscientizar e inspirar mudanças na sociedade. Eles se posicionam como agentes de transformação ao empoderar suas comunidades por meio da expressão artística, elevando a consciência coletiva e reivindicando direitos.

Imagem 2 - Professor Francisco Celso ministrando oficina de Literatura Marginal.



Fonte: Projeto RAP

2.2 O SERVIÇO SOCIAL E O HIP HOP COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, marcado por um contexto histórico e social de profundas transformações. É neste cenário que a profissão se consolida, influenciada pela conjuntura política, econômica e social do país. A atuação inicial do assistente social estava ligada a ações caritativas e filantrópicas, estando fortemente vinculada à Igreja Católica e às políticas assistencialistas do Estado.

Entretanto, ao longo dos anos, houve um processo de consolidação da profissão, impulsionado pela criação das primeiras escolas de Serviço Social no país, com destaque para a Escola de Serviço Social de São Paulo. Essas instituições se tornaram espaços de formação e discussão teórica, contribuindo para a sistematização dos fundamentos da profissão.

Na década de 1960, surge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, impulsionado pela crítica à prática tradicional da profissão e pela busca por uma abordagem mais crítica e transformadora. O movimento propunha uma revisão dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, buscando romper com a visão conservadora e assistencialista. Uma das principais contribuições desse movimento foi a introdução de uma perspectiva crítica e de ruptura com o modelo hegemônico, propondo uma atuação

comprometida com a transformação social e a promoção dos direitos humanos. Isso implicou em uma revisão profunda das práticas tradicionais, enfatizando a necessidade de compreender a realidade social de forma mais ampla e contextualizada.

Para Iamamoto (2008) apud Lara Aparecida Lissarassa Reisdörfer (2013, p. 28).

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. [...] Entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o assistente social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. (IAMAMOTO, 2008, p. 37).

O movimento desafiou as bases da profissão, questionando a neutralidade e a imparcialidade do assistente social, defendendo uma prática comprometida com a emancipação dos sujeitos e a superação das desigualdades sociais. Assim, o Movimento de Reconceituação teve um papel fundamental na renovação do Serviço Social, marcando uma fase de transição e de questionamento das bases tradicionais da profissão.

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social passou por transformações significativas, adotando uma abordagem mais crítica e comprometida com os direitos humanos. Essa mudança reflete a necessidade de lidar com novas demandas sociais e superar a visão assistencialista.

Segundo Faleiros (1987):

[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela liberação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora (FALEIROS, 1987, p.51 apud NETTO 2002, p. 146).

A prática contemporânea do Serviço Social está pautada em uma abordagem crítica, que busca não apenas mitigar as consequências das desigualdades sociais, mas também compreender e intervir nas suas raízes estruturais. Nesse sentido, o assistente social atua como agente de transformação social, buscando promover a justiça social e a equidade.

A perspectiva crítica na contemporaneidade envolve um olhar ampliado sobre as questões sociais, incluindo a compreensão das políticas públicas, o enfrentamento das exclusões sociais e a defesa dos direitos humanos e o assistente social deve atuar de forma

interventiva, propondo ações que visem à superação das desigualdades, à inclusão social e à ampliação do acesso aos direitos.

Essa abordagem crítica, também reflete a necessidade de uma prática interdisciplinar e articulada com outros setores sociais, reconhecendo a complexidade e a multifatorialidade dos problemas enfrentados pela população. Além disso, há uma valorização do protagonismo dos sujeitos, estimulando a participação e a autonomia das comunidades atendidas.

A utilização do hip hop pelo assistente social como instrumento de trabalho vai ao encontro das premissas do Movimento de Reconceituação ao promover uma prática profissional que transcende o tradicional assistencialismo, buscando empoderar indivíduos e comunidades marginalizadas. Essa ferramenta permite uma abordagem mais próxima e autêntica, valorizando as expressões culturais das comunidades atendidas.

Para Eduardo Couto apud Fernanda Gyullia Araújo da Silva (2021, p. 47), o profissional pode utilizar a arte e a cultura como mecanismo potencializador da transformação da realidade dos indivíduos.

[...] um Assistente Social, que tenha uma atitude investigativa apurada pode descobrir potencialidades culturais e investir nelas as suas ações. Ainda, pode até requerer que mais ações culturais aconteçam tais como: folguedos, rodas, contos, serestas de violas, encenações, hip-hop, rap. Também pode potencializar formações para esse grupo social. (COUTO, 2017)

A citação de Couto (2017) destaca a importância do assistente social em investir nas potencialidades culturais dos grupos sociais, vislumbrando nas diversas manifestações culturais, como o hip hop, formas de promover diálogo, expressão e formação e diante das transformações significativas na atuação do Serviço Social ao longo dos anos, é inegável o papel da abordagem crítica na busca pela transformação social. A valorização da cultura hip hop como ferramenta de intervenção é um reflexo da adaptabilidade e comprometimento do assistente social em promover uma prática inclusiva, emancipatória e sensível às demandas reais das comunidades atendidas. Ao adotar o hip hop como instrumento de trabalho, o profissional não apenas reconhece a riqueza das expressões culturais, mas também fortalece laços, promove a construção de identidades e possibilita o empoderamento dos sujeitos, estabelecendo uma relação mais horizontal com os indivíduos, criando espaços de diálogo, troca de experiências e construção coletiva de conhecimento. Essa abordagem contribui para a

construção de vínculos, a identificação de demandas reais e a promoção de ações que busquem a transformação social.

Segundo Sgorlon e Suguihiro (2017) apud Fernanda Gyullia Araújo da Silva (2021, p. 54):

O projeto ético-político no Serviço Social tem como núcleo a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania. Neste sentido, pensar a importância deste projeto ético-político para a profissão e como este se materializa nas diversas ações cotidianas, se mostra como fonte inesgotável de debate e análise. (SGORLON e SUGUIHIRO, 2017, p. 2)

A convergência entre o projeto ético-político da profissão, fundamentado na liberdade, autonomia e defesa intransigente dos direitos humanos, dialoga diretamente com a essência do hip hop, que também busca a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. A valorização das expressões culturais, como o hip hop, não se restringe apenas ao aspecto artístico, mas se configura como um potente canal de conexão, diálogo e transformação social, fundamentado nos princípios éticos e políticos que norteiam a atuação do assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Projeto RAP na UISM revelou não apenas a eficácia da cultura hip-hop como ferramenta pedagógica, mas também a poderosa transformação que essa abordagem pode trazer para jovens que inicialmente estão privados de liberdade e posteriormente quando se tornam egressos. Os relatos e as poesias dos participantes evidenciam a ressignificação de identidades, o fortalecimento da autoconfiança e a amplificação das vozes outrora silenciadas. O impacto positivo na redução da reincidência entre os participantes ressalta a importância vital de iniciativas que reconheçam e valorizem as expressões culturais como agentes de mudança. No entanto, os desafios enfrentados pelo projeto, como resistência de alguns profissionais, destacam a necessidade de uma maior compreensão e aceitação dessas abordagens inovadoras no sistema socioeducativo.

A análise das dinâmicas sociais, econômicas e políticas, sob o domínio do capitalismo, evidencia como o contexto influencia diretamente o sistema socioeducativo. As barreiras econômicas, a desigualdade social e a estigmatização são fatores preponderantes que permeiam o ambiente onde esses jovens estão imersos. O Projeto RAP, nesse sentido, surge como uma tentativa de ressignificar essas condições, mas confronta-se com estruturas mais amplas que muitas vezes limitam a efetividade de suas ações.

Nesse sentido, não podemos nos restringir apenas aos resultados positivos observados no âmbito do projeto, mas deve também se estender para uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de transformações estruturais no sistema socioeducativo e principalmente na sociedade. É imprescindível considerar políticas mais abrangentes que incorporem abordagens culturalmente sensíveis e socialmente integradoras, buscando não apenas preparar para a reinserção, mas também promover a equidade e a justiça social.

Ademais, a pesquisa evidencia a importância de um diálogo constante entre os diversos atores envolvidos no sistema socioeducativo. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas, a escuta ativa dos jovens e suas comunidades, e a adaptação contínua das práticas institucionais são elementos essenciais para a construção de um ambiente mais acolhedor, inclusivo e transformador.

Unificando o embasamento crítico e transformador do Serviço Social com os valores de resistência, identidade e denúncia presentes no hip hop, o assistente social pode estabelecer

estratégias e práticas que efetivamente contribuam para a emancipação e a ressocialização de jovens em conflito com a lei, valorizando suas histórias, suas vivências e suas formas de expressão.

Em suma, o Projeto RAP na Unidade de Internação de Santa Maria representa não apenas um experimento pedagógico, mas um catalisador para repensar as estruturas, práticas e paradigmas existentes no sistema. O desafio atual não é apenas valorizar e expandir iniciativas como essa, mas também garantir que elas sejam sustentáveis, integrativas e profundamente enraizadas em uma visão mais ampla de justiça social e respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruda, D. P; Pinto, P. da S. **O trabalho do assistente social na medida socioeducativa de internação: práticas e desafios**. In: Simpósio mineiro de assistentes sociais. 3. 2013. Conselho Regional de Serviço Social. Belo Horizonte, 2013.
- Baratta, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002, p.186.
- Bisinoto. Cynthia et al. **Docência na Socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina. (2014).
- Brant, Leonardo. **O poder da cultura**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988
- Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.
- Brasil. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília: CONANDA, 2006.
- Brasil. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.
- Bonato, Vanessa. FONSECA, Débora. **Socioeducação: entre a Sanção e a Proteção**. Educação em Revista. Belo Horizonte. 2020.
- Brito, Maria Lúcia. **O processo de integração do menor infrator ao meio social**. Minas Gerais, 2012.
- Castro, T. A. P; Soares, A. A; Barroso, A. C. **O sistema socioeducativo no Brasil**. Porto Velho, s.d. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_26.06.pdf>.
- Chaves, Antônio. **Comentários: ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 1997.
- Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Perfil e percepção social dos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal** . Estudo. Brasília: Codeplan, 2013.
- Cronemberger, Débora. **Cresce o número de socioeducandos inscritos no Enem PPL**. Agência Brasília. Brasília, 10/01/2022. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/01/10/cresce-o-numero-de-socioeducandos-inscritos-no-enem-ppl/>>
- Distrito Federal. **Projeto Político- Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal: Internação**. Brasília: SECriança, 2013.

Fávero, Eunice. **Resenha de “Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes” de Maria Liduína Oliveira e Silva (2011).** 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RyCZVY4DZTXnd6ksTzCJ9pm/?lang=pt>>

Fochi, Marcos Alexandre Bazeia. **Hip hop brasileiro. Tribo urbana ou movimento social,** p. 61-68, 2007.

Liberati, Wilson Donizete. **Adolescente e Ato Infracional: Medida Socioeducativa é pena?.** São Paulo: Malheiros, 2012.

Liberati, Wilson Donizete. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

Liberati, Wilson Donizete. **Processo penal juvenil: A garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa.** 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Liberati, Wilson Donizete. **Direito da criança e do adolescente.** 2. ed. São Paulo: Rideel, 2007.

Liberati, Wilson Donizete. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 11ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Martins, K. T. C. A . **A importância da interdisciplinaridade no cumprimento da medida socioeducativa de internação-** Campo Centro Educacional Padre João Maria. In: *Transgressões: Ciências Criminais em Debate.* Rio Grande do Norte, s.d. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/download/6580/5093/>> .

Nascimento, Linderley Bezerra do. **A criminalidade na adolescência e os fatores de ressocialização.** Bacharelado em Direito. Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – ASCES. Caruaru, 2016.

Oliveira, Tayane Medeiros de et al. **Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos.** *Pesqui. prá. psicossociais,* São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-15, dez. 2018.

Peixoto, Anderson Soares. **Direito da criança e do adolescente no contexto histórico brasileiro: As medidas socioeducativas como nova política de segurança pública e a importância da semiliberdade para a ressocialização.** *Virtú: Direito e Humanismo,* Faculdade Integradas PROMOVE. Ano 1, nº 4, V. 1 Brasília:2011.

Pereira, Marília Gabriela Andrade. **"A política da tolerância zero como controle da criminalidade no Brasil."** *Ratio Juris. Revista Eletrônica da Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas* 1.1 (2018): 527-615.

Ramidoff, Mário Luiz. **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Comentários à Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. São Paulo: Saraiva, 2012.

Reisdörfer, Lara Aparecida Lissarassa. **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social,** Indaial: Uniasselvi, 2013.

SINJ DF - **Sindicato Integrado de Normas Jurídicas do DF** - Portaria nº 4, de 23 de janeiro de 202

Silva, Fernanda Gyullia Araújo da. "**Serviço social e o movimento hip hop: a utilização do rap como instrumento de trabalho do assistente social.**" (2021).

Sotto Maior, **O. Medidas socioeducativas.** In: CURY, Munir (Org.). Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Malheiros, 2006

Woicolesco, Vanessa Gabrielle, and Ireni Marilene Zago Figueiredo. "**Estado e política social: Considerações sobre a política de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei no Brasil a partir da década de 1990.**" *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação* 12.4 (2017): 1955-1971.

Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com o professor Francisco Celso

Perguntas:

- 1) Como foi seu primeiro contato com o socioeducativo?
- 2) Em qual momento surge a ideia do Projeto RAP?
- 3) Como foi a receptividade dos jovens com o projeto? Teve dificuldades ou eles abraçaram a ideia desde o começo? (fale sobre como foi essa questão com a unidade e outros parceiros)
- 4) Quantos adolescentes já participaram do projeto, possui algum dado sobre o número de reincidência entre os participantes ?
- 5) Como é feito o acompanhamento após o cumprimento da medida e qual a importância de ter um acompanhamento efetivo desses egressos ?

Desde pivete genioso, agressivo
 Espírito guerreiro, subversivo
 Mais um moleque sonhador e destemido
 E que venceu a morte, recém nascido
 Atrevido e violento, não foge da luta, pronto pro
 arrebento
 Se envolver no rap era só questão de tempo
 Ser o porta voz de quem veio do sofrimento
 O processo é lento, o barato é louco
 Poucos que tem muito, muitos que tem pouco
 E se na perifa não ajudarmos uns aos outros
 É questão de tempo pra ta todo mundo morto
 Lembro que mais novo, meu coroa já me dizia
 Um homem de verdade não aceita covardia
 Faz sua correria, cuida da família
 Mata e morre pelo bem estar das suas crias
 Valoriza a paz quem sabe o que é a guerra,
 malandragem é saber viver
 Não importa seu tamanho pra luta, e sim o tamanho
 da luta pra você
 A sorte favorece o audaz, seu conceito depende do
 seu proceder
 O que cê plantar é o que cê vai colher
 Seja o exemplo da mudança que você quer ver

 A trajetória, virou som
 Vitória a quem corre por mim, eu vim deixar um
 legado aqui
 O aprendizado vem de cada lição, e eu tô vivendo
 pra alcançar

 A trajetória, virou som

Vitória a quem corre por mim, eu vim deixar um
 legado aqui
 O aprendizado vem de cada lição, e eu tô vivendo
 pra alcançar

 Um salve dos antigos traz inspiração
 Virtude é ser reconhecido pelo mérito
 O verdadeiro hip hop tem que ser função
 Não queremos fãs queremos um exército!
 Nós somos o resgate da história, a fé na vitória, a
 luta e a glória
 Considerado pela nova e pela velha escola
 E também pelos que improvisam a rima na hora
 A trajetória me fez ser quem eu sou
 Carrego marcas de lições que a vida me ensinou
 E se a maré mudou, mas não me abalou
 Foi pelo aprendizado de cada professor
 Aqui estou! Sem treta nem tiro nem grade
 Educador! Pros menor da comunidade
 Sou rimador! Meu rap carrega mensagem
 E pros doutor eu sou o terror! Pronto pro combate
 O que me preocupa não é o grito dos maus e sim o
 silêncio dos bons
 Se não há justiça pro povo, que não haja paz para o
 governo então
 Ninguém liberta ninguém as pessoas se libertam em
 comunhão
 Vencer a si próprio é revolução, a boca fala do que
 está cheio o coração

 A trajetória, virou som

Vitória a quem corre por mim, eu vim deixar um legado aqui

O aprendizado vem de cada lição, e eu tô vivendo pra alcançar

A trajetória, virou som

Vitória a quem corre por mim, eu vim deixar um legado aqui

O aprendizado vem de cada lição, e eu tô vivendo pra alcançar